Of. nº 761/GP Porto Alegre, 18 de agosto de 2016.

Senhor Presidente:

Encaminho à consideração dessa colenda Casa Legislativa o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2017.

Tal projeto foi elaborado em consonância com as prioridades do Orçamento Participativo, com o Plano Plurianual para o quadriênio de 2014 a 2017 e com a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar N° 101, de 4 de maio de 2000), que estabelece as normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

Sobressaem no projeto ações voltadas ao equilíbrio das contas públicas, com destaque para os demonstrativos das Metas Fiscais – resultado nominal, resultado primário, montante da dívida pública – e de Riscos Fiscais. Além disso, constam demonstrativos das Metas e Prioridades do Executivo e do Legislativo Municipais.

Valho-me da oportunidade, Senhor Presidente, para reiterar-lhe as expressões de meu elevado apreço.

José Fortunati,

Prefeito.

Excelentíssimo Senhor Vereador Cássio Trogildo,

Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre.

**PROJETO DE LEI Nº 21/16**

**Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para 2017.**

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 1º** Em cumprimento ao disposto no § 2º do art. 165 da Constituição Federal, no § 3º do art. 116 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre e no art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, ficam estabelecidas as Diretrizes Orçamentárias do Município de Porto Alegre para o exercício econômico-financeiro de 2017, compreendendo:

I – as metas e prioridades do Executivo e Legislativo Municipais;

II – as diretrizes para a elaboração e execução do orçamento do Município e suas alterações;

III – as disposições sobre as alterações da legislação tributária e tarifária do Município;

IV – as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;

V – as Metas Fiscais e os Riscos Fiscais; e

VI – as disposições gerais.

CAPÍTULO II

DAS METAS E PRIORIDADES DO EXECUTIVO

E LEGISLATIVO MUNICIPAIS

**Art. 2º** As metas e prioridades do Executivo e Legislativo Municipais para o exercício de 2017, atendidas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal do Município e as de funcionamento dos órgãos e entidades que integram o orçamento, correspondem às ações constantes do Anexo I desta Lei.

**§ 1º** Na definição das prioridades de que trata o *caput* deste artigo estão consideradas as decisões do Orçamento Participativo, eleitas na seguinte ordem:

I – habitação;

II – cultura;

III– saneamento básico urbano – DEP;

IV – pavimentação;

V – saúde;

VI – educação;

VII – assistência social;

VIII – desenvolvimento econômico;

IX – esporte e lazer;

X – juventude.

**§ 2º** As metas, os produtos e as unidades de medida correspondentes às ações de que trata o Anexo I desta Lei serão os da Lei nº 11.474, de 2 de setembro de 2013, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2014-2017 e dá outras providências, e alterações posteriores, observados os limites da Lei Orçamentária Anual.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

**Seção I**

**Da Estrutura do Orçamento**

**Art. 3º** Na Lei Orçamentária de 2017, a despesa será discriminada por programas, órgãos executores, natureza da despesa e fontes de recursos.

**§ 1º**  Os programas do Poder Executivo serão os seguintes:

I – Cidade em Transformação;

II – Desenvolver com Inovação;

III – Qualifica POA;

IV – Infância e Juventude Protegidas;

V – Porto Alegre mais Saudável;

VI – Porto da Igualdade;

VII – Porto da Inclusão;

VIII – Porto Viver;

IX – Segurança Integrada;

X – Cidade da Participação;

XI – Gestão Total; e

XII – Você Servidor.

**§ 2º** O programa do Poder Legislativo será denominado Câmara Municipal.

**§ 3º** A despesa, quanto a sua natureza, segundo o art. 6º da Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001, da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, far-se-á por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação.

**§ 4º** As fontes de recursos de que trata o *caput* deste artigo compreendem:

I – Tesouro Livre – Administração Direta;

II – Tesouro Livre – Administração Indireta;

III – Tesouro – Vinculados pela Constituição – Educação – MDE;

IV – Tesouro – Vinculados pela Constituição – Saúde;

V – Tesouro – Vinculados por Lei;

VI – Tesouro – Contrapartida;

VII – Auxílios e Convênios;

VIII – Operações de Crédito.

**Art.** **4º** Na Lei Orçamentária Anual, a classificação econômica da despesa será apresentada em nível de:

I – Categoria Econômica;

II – Grupo de Natureza da Despesa;

III – Modalidade de Aplicação.

**§ 1º** O Grupo de Natureza da Despesa será complementado pela informação gerencial Modalidade de Aplicação.

**§ 2º** A Modalidade de Aplicação por se constituir informação gerencial e não classificação econômica poderá ser criada ou alterada no decurso da execução orçamentária, com a finalidade de atingir os objetivos necessários à execução orçamentária dos respectivos projetos, atividades ou operações especiais.

**Art. 5º** A Reserva de Contingência na Lei Orçamentária de 2017, observado o inc. III do art. 5º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, será de, no mínimo, 1% (um por cento).

**Seção II**

**Do Poder Legislativo**

**Art. 6º** As despesas do Poder Legislativo deverão ser discriminadas na forma do disposto no *caput* do art. 3º desta Lei, respeitado o percentual de 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento) de recursos aludidos no art. 29-A da Constituição da República.

**Art. 7º**  Para a consolidação, o Poder Legislativo encaminhará ao Executivo Municipal, até o dia 15 de setembro de 2016, a sua proposta orçamentária, por meio do Sistema de Elaboração da Proposta Orçamentária.

**Seção III**

**Dos Investimentos**

**Art. 8º** Os investimentos em fase de execução terão preferência sobre novos projetos.

**Seção IV**

**Das Alterações da Lei Orçamentária**

**Art. 9º** Fica o Poder Executivo, de acordo com o disposto na Constituição Federal, art. 165, § 8º, e nos artigos 7º, 42 e 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e alterações posteriores, autorizado a abrir, na Lei Orçamentária de 2017, créditos suplementares, como segue:

I – no máximo 10% (dez por cento) do total da despesa autorizada;

II – para atender a reajustes e demais despesas de pessoal e encargos sociais, segundo as leis vigentes;

III – por conta da Reserva de Contingência;

IV – para atender a despesas relativas a receitas provenientes de operações de crédito e outras receitas vinculadas, bem como a seus rendimentos financeiros que excedam a previsão orçamentária correspondente;

V – para atender a despesas do grupo Outras Despesas Correntes, com características de pessoal e de caráter indenizatório, como diárias, PASEP, vale-refeição, auxílio-refeição, vale-transporte, auxílio-transporte, estagiários, assistência médica aos servidores e auxílio-funeral;

VI – para realocar dotações que correspondam a um mesmo programa, a um mesmo grupo de despesa e a uma mesma modalidade de aplicação;

VII – para atender à contrapartida de projetos, que excedam a previsão orçamentária correspondente;

VIII – para atender a serviços da dívida, precatórios judiciais e requisições de pequeno valor; e

IX – para atender a despesas cujos empenhos forem cancelados no encerramento do exercício de 2016, até o limite dos valores estornados nos respectivos projetos, atividades e operações especiais.

**Art. 10.** Os créditos adicionais aprovados pelo Poder Legislativo serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

**Art. 11.** As fontes de recursos de que trata o § 4º do art. 3º desta Lei serão indicativas, podendo serem alteradas consoante às necessidades da execução orçamentária.

**Seção V**

**Das Operações de Crédito por Antecipação de Receita**

**Art. 12.** Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito por antecipação de receita, oferecendo as garantias usuais necessárias, na forma do art. 165, § 8º, da Constituição da República, e do art. 38 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

**Seção VI**

**Da Limitação de Empenho**

**Art. 13.** A limitação de empenho e a movimentação financeira, aludidas no art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, dar-se-ão mediante contingenciamento orçamentário.

**Seção VII**

**Das Disposições Relativas às Despesas Obrigatórias**

**de Caráter Continuado**

**Art. 14.** As despesas obrigatórias de caráter continuado, quando planejadas durante o exercício econômico-financeiro de 2017, serão submetidas à apreciação do Poder Legislativo, acompanhadas dos documentos aludidos no art. 17 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

**Art. 15.**  Para os efeitos do art. 16, § 3º, da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, são consideradas despesas irrelevantes aquelas cujos valores não ultrapassarem os limites a que se referem os incs. I e II e parágrafo único do art. 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

**Seção VIII**

**Da Execução Orçamentária e do Cumprimento das Metas**

**Art. 16.** O Poder Executivo publicará, até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, cronograma de desembolso mensal para o exercício, nos termos do art. 8º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

**Parágrafo único.** Será publicado, mensalmente, no Diário Oficial Eletrônico de Porto Alegre (DOPA-e), um relatório do acompanhamento das cotas constantes do cronograma de desembolso mensal de que trata o *caput* deste artigo.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE AS ALTERAÇÕES DA

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA E TARIFÁRIA

**Art. 17.** O Poder Executivo poderá conceder ou ampliar incentivo ou benefício de natureza tributária, do qual decorra renúncia de receita, que deverá estar acompanhado dos documentos aludidos no art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

**Art. 18**. São considerados incentivos ou benefícios de natureza tributária, para os fins do art. 18, os gastos governamentais indiretos, decorrentes da legislação tributária vigente, que visem a atender objetivos econômicos e sociais explicitados na norma que desonera o tributo, constituindo-se exceção à lei tributária de referência, e que alcancem, exclusivamente, determinado grupo de contribuintes, produzindo a redução da arrecadação potencial e, consequentemente, aumentando a disponibilidade econômica do contribuinte.

**Art. 19.** O Poder Executivo poderá enviar à Câmara Municipal projeto de lei versando sobre:

I – a criação e atualização de preços públicos e taxas, de forma a aprimorar a prestação dos serviços e a garantir a cobertura dos custos realizados;

II – a manutenção de alíquotas diferenciadas da alíquota geral, relativa a serviços tributados pelo Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), nos termos da lei instituidora do benefício, bem como a isenção do transporte de ônibus;

III – a concessão de isenção de IPTU e ITBI para empresas de base tecnológica e empresas inovadoras que adquiram imóveis para a sua instalação, sejam estabelecidas ou que venham a se estabelecer nos bairros Floresta, São Geraldo, Navegantes, Humaitá e Farrapos, nos termos da lei instituidora do benefício; e

IV – a concessão de remissão de IPTU para o imóvel pertencente à Associação dos Amigos do Bairro Anchieta (ADABA), utilizado pela Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul (Delegacia da Polícia Militar, Brigada Militar e IGP).

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

**Art. 20.** No exercício de 2017, a despesa total com pessoal deverá obedecer às disposições da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

**Parágrafo único.**  Fica assegurada a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos e do subsídio de que trata o § 4º do art. 39 da Constituição da República.

**Art. 21.** Para os efeitos do disposto no art. 122, inc. X, da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre e na Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, condicionados ao disposto no art. 21 e na lei específica, ficam os Poderes autorizados a proceder a:

I – alteração dos Planos de Carreiras;

II – modificação de estruturas funcionais;

III – criação de novos cargos;

IV – contratações emergenciais para atender às necessidades temporárias de excepcional interesse público;

V – progressão funcional;

VI – contratação de hora-extra;

VII – nomeações de servidores; e

VIII – equacionamento do déficit previdenciário.

**Art. 22.** Fica considerado objetivo da Administração Municipal o desenvolvimento de programas visando a:

I – valorizar a imagem pública do servidor municipal, ressaltando a função social do seu trabalho e o incentivando permanentemente a contribuir na qualificação e melhoria do serviço público;

II – proporcionar o desenvolvimento pessoal e profissional dos servidores através da qualificação;

III – melhoria das condições de trabalho do servidor, especialmente com relação à segurança no trabalho e à justa e adequada remuneração; e

IV – atenção à saúde do servidor.

CAPÍTULO VI

DAS METAS FISCAIS E DOS RISCOS FISCAIS

**Art. 23.** Integram esta Lei os Anexos de Metas Fiscais e de Riscos Fiscais.

**§ 1º** O Anexo de Metas Fiscais de que trata o Anexo II desta Lei, em cumprimento ao disposto no § 1º do art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, conterá:

I – Metas Anuais;

II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

III – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;

IV – Evolução do Patrimônio Líquido;

V – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

VI – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS);

VII – Estimativa e Compensação da Renúncia da Receita;

VIII – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

IX – Metodologia de Cálculo do Resultado Primário Consolidado;

X – Memória de Cálculo do Resultado Nominal; e

XI – Memória de Cálculo da Receita Consolidada.

**§ 2º** O Anexo de Riscos Fiscais de que trata o Anexo III desta Lei conterá, nos termos do § 3º do art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 24.** A alocação dos recursos, na Lei Orçamentária e nos créditos adicionais, será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos Programas de Governo, de acordo com a al. “e” do inc. I do art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

**Art. 25.** Fica vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e nos créditos adicionais, de dotações, a título de subvenções sociais e a título de auxílio, para entidades privadas cujas condições de funcionamento não forem consideradas satisfatórias pelos órgãos oficiais de fiscalização, de acordo com a al. “f” do inc. I do art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

**Art. 26.** Ficam incluídas ou alteradas, no Plano Plurianual 2014-2017, as ações e os atributos constantes dos Anexos I e V desta Lei, nos termos do art. 6° da Lei 11.474, de 02 de setembro de 2013, e alterações posteriores.

**Art. 27.** Fica incluído o Anexo IV - Relatório de Obras em Andamento, de acordo com o art. 45 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

**Art. 28.** O Poder Executivo disponibilizará ao Legislativo Municipal o Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2017 em meio eletrônico de armazenamento de dados.

**Art. 29.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE – RS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO I - DE METAS E PRIORIDADES

2017

**I - METAS E PRIORIDADES DO EXECUTIVO MUNICIPAL**

**CIDADE EM TRANSFORMAÇÃO**

AMPLIAÇÃO DA REDE DE ÁGUA

AMPLIAÇÃO DA REDE DE ESGOTO SANITÁRIO

AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM ATRAVÉS DE RECURSOS EXTERNOS

AMPLIAÇÃO DO SISTEMA PRIORIZADO DE TRANSPORTE PÚBLICO–BRT

APOIO OPERACIONAL/GERENCIAMENTO PAC PRÓ TRANSPORTE

CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

COMPLEXO DA RODOVIÁRIA

CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE VIAS

CONSUMO RESPONSÁVEL

DESAPROPRIAÇÕES – PRÓ-TRANSPORTE

DUPLICAÇÃO DA AVENIDA EDVALDO PEREIRA PAIVA

DUPLICAÇÃO DA RUA VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA

FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO DA POLUIÇÃO URBANA

FUNDO ESPECIAL PRÓ-MOBILIDADE - FUNPROMOB

IMPLANTAÇÃO DA AVENIDA TRONCO

IMPLANTAÇÃO DAS OBRAS DE ARTE NA III PERIMETRAL

INTEGRAÇÃO INSTITUCIONAL DO TRANSPORTE COM A RMPA

LINHA AEROMÓVEL ZONA SUL

MELHORIA NA INFRAESTRUTURA DE DRENAGEM PLUVIAL

METRÔ DE PORTO ALEGRE – METRÔPOA

NOVAS ÁREAS VERDES DE ACESSO PÚBLICO DA CIDADE

OBRAS DO PROJETO DE CONTENÇÃO CONTRA AS CHEIAS NO SISTEMA CAVALHADA

OBRAS VIÁRIAS DA ENTRADA DA CIDADE

OBRAS VIÁRIAS NA ÁREA DO SOCIOAMBIENTAL

ORLA DO GUAÍBA

PROCESSO DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO DOS CORREDORES DE TRANSPORTE COLETIVO

PROGRAMA MUNICIPAL DE TRANSPORTE HIDROVIÁRIO DE PORTO ALEGRE

PROLONGAMENTO DA AVENIDA SEVERO DULLIUS

TRANSPORTE CICLOVIÁRIO

VIAS ESTRUTURAIS

**DESENVOLVER COM INOVAÇÃO**

AGILIZAÇÃO DA TRAMITAÇÃO E DO FLUXO DOS PROCESSOS DE LICENCIAMENTO URBANO AMBIENTAL

ATRAÇÃO DE NOVAS EMPRESAS E FOMENTO ÀS EMPRESAS EXISTENTES

AVALIAÇÃO PERMANENTE DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL - PDDUA

CADASTRO E MONITORAMENTO DA IRREGULARIDADE FUNDIÁRIA DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE

CAPACITAÇÃO PARA A COMPETITIVIDADE

COOPERAÇÃO METROPOLITANA

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL

DETALHAMENTO DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL - PDDUA

DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL DE PORTO ALEGRE

ESCOLA SOCIAL DE TURISMO DE PORTO ALEGRE

ESTUDO DO DESENVOLVIMENTO URBANO: PORTO ALEGRE 2015 - 2035

IMPLANTAÇÃO DE ESTAÇÃO DE TRANSBORDO

INFORMAÇÃO TURÍSTICA - GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO

INFORMAÇÕES SOBRE EMPREGO, TRABALHO E RENDA

INOVAÇÃO NO SETOR AGROPECUÁRIO

MARKETING TURÍSTICO

MOBILIDADE URBANA

NOVAS TECNOLOGIAS DE SEGURANÇA PÚBLICA MUNICIPAL

OFERTA TURÍSTICA - CONSOLIDAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E QUALIFICAÇÃO

PLANO BÁSICO DE GESTÃO AMBIENTAL URBANA

PLANO DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DO 4° DISTRITO

PLANO DE MANEJO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

PORTO ALEGRE RESILIENTE - GESTÃO ESTRATÉGICA

PORTO ALEGRE RURAL - FOMENTO À PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO- PRONATEC

PROJETO DE IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO URBANO - SADUR

PROJETOS DE INTERESSE ESPECIAL AO DESENVOLVIMENTO DA CIDADE

QUALIFICAÇÃO DE ESPAÇOS ABERTOS

REVISÃO DA TRAMITAÇÃO E FLUXO DOS PROCESSOS DE LICENCIAMENTO DE EDIFICAÇÕES E PARCELAMENTO DE SOLO

SANIDADE ANIMAL

SOLUÇÕES INOVADORAS PARA A SUSTENTABILIDADE

TECNOLOGIAS SOCIAIS PARA UMA CIDADE INOVADORA

TRABALHO PARA A JUVENTUDE

TURISMO PROMOÇÃO NACIONAL E INTERNACIONAL

TURISMO RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E PARCERIAS

**QUALIFICA POA**

ADEQUAÇÃO E REVISÃO DA SINALIZAÇÃO DAS VIAS URBANAS

ARBORIZAÇÃO EM VIAS PÚBLICAS

ARROIO LIMPO

COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS

CONSERVAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

CONSERVAÇÃO DE VIAS URBANAS

FISCALIZAÇÃO DO COMÉRCIO ILEGAL

FORTALECIMENTO DA FISCALIZAÇÃO E VISTORIAS TÉCNICAS

MANUTENÇÃO DA REDE DE ÁGUA

MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM PLUVIAL

MANUTENÇÃO NA REDE DE ESGOTO SANITÁRIO

MAUSOLÉU CASA DO ARTISTA RIO-GRANDENSE

MELHORIA DA QUALIDADE DAS ÁGUAS - SISTEMA DE ESGOTO SANITÁRIO

MELHORIA DO ESPAÇO FÍSICO - DEP

MELHORIA DO ESPAÇO FÍSICO - DMAE

MELHORIA DO TRATAMENTO DE ÁGUA

MELHORIA DO TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO

MERCADO PÚBLICO CENTRAL - FUNMERCADO

OBRAS DE ARTE

PLANO DE INFORMAÇÃO AO USUÁRIO DE TRANSPORTE PÚBLICO

PROGRAMA DE FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO URBANO AMBIENTAL

PROGRAMA DE REDUÇÃO DE PERDAS DE ÁGUA - DMAE

QUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE CORREDORES, ESTAÇÕES E TERMINAIS DE TRANSPORTE PÚBLICO

QUALIFICAÇÃO DA MANUTENÇÃO DOS PARQUES, PRAÇAS E JARDINS DA CIDADE

QUALIFICAÇÃO DO AMBIENTE URBANO

QUALIFICAÇÃO DO SISTEMA SEMAFÓRICO

QUALIFICAÇÃO, MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS ESPAÇOS FÍSICOS DE TRABALHO - SMAM

REFORMA E MANUTENÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS

REURBANIZAÇÃO DE ÁREAS VERDES DE ACESSO PÚBLICO DA CIDADE

REVITALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL

**INFÂNCIA E JUVENTUDE PROTEGIDAS**

ALUNO ATLETA

ATENÇÃO À SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE COM DEFICIÊNCIA

ATENÇÃO ESPECIALIZADA PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE

ATENDIMENTO ESCOLAR - INFANTIL

ATIVIDADES DESPORTIVAS, RECREATIVAS E DE LAZER

BONDE DA CIDADANIA

BRINCALHÃO

CONSELHOS TUTELARES

COORDENAÇÃO EXECUTIVA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE

CRIANÇA SAUDÁVEL

CULTURA PARA A JUVENTUDE

EDUCAÇÃO PARA A JUVENTUDE

ESCOLA ACESSÍVEL

ESCOLA EM REDE

ESCOLA INTEGRAL

ESCOLA PARA TODOS

ESPORTE DÁ SAMBA

ESPORTE PARA A JUVENTUDE

FORMAÇÃO DE ATLETAS PARALÍMPICOS

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FUNCRIANÇA

INTERNET NAS ESCOLAS

JOGOS ESCOLARES

MAIS ESCOLAS - ESPECIAL

MAIS ESCOLAS - FUNDAMENTAL

MAIS ESCOLAS – INFANTIL

MAIS ESCOLAS - MÉDIO

MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO

NÚCLEO DE AÇÕES PREVENTIVAS

PORTO ALEGRE AMANHÃ

PRÉ-NATAL E PRIMEIRA INFÂNCIA

PROMOÇÃO E PREVENÇÃO À SAÚDE DO ESCOLAR

PSB- SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS DE 0 A 18 ANOS

PSEAC - SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL - CRIANÇA E ADOLESCENTE

PSEAC - SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA JOVENS COM DEFICIÊNCIA

PSEMC - ABORDAGEM SOCIAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

PSEMC - SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL A ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

QUALIFICAÇÃO DE ESCOLAS - FUNDAMENTAL

QUALIFICAÇÃO DE ESCOLAS - INFANTIL

REDE DE ENSINO

RELAÇÃO ESCOLA - COMUNIDADE

VOU À ESCOLA - FUNDAMENTAL

**PORTO ALEGRE MAIS SAUDÁVEL**

AMPLIAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE

ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E LABORATORIAL

ATENÇÃO EM SAÚDE MENTAL

ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE

ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE

CLÍNICA PÚBLICA DE FISIOTERAPIA ESPORTIVA

CLÍNICAS DE REABILITAÇÃO E HABILITAÇÃO – PSEMC

HOSPITAL DE PRONTO SOCORRO

INCENTIVO A PRÁTICAS E COMPORTAMENTOS SAUDÁVEIS

INVESTIMENTO EM EQUIPAMENTOS PARA A REDE DE SAÚDE

LABORATÓRIO CENTRAL DE ANÁLISES CLÍNICAS

MANUTENÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS

POLÍTICA DE PLANTAS MEDICINAIS E FITOTERÁPICAS

PREVENÇÃO E CUIDADOS COM A SAÚDE DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

PROMOÇÃO À SAÚDE

PRONTO ATENDIMENTO PARA A PROMOÇÃO E ATENÇÃO À SAÚDE 24 HORAS ÀS DEMANDAS AGUDAS E AGUDIZADAS

REGULAÇÃO DO SISTEMA DE SAÚDE

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL

SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA

TRANSPORTE ESPECIAL PARA REMOÇÕES

VIGILÂNCIA EM SAÚDE

VIGILÂNCIA SANITÁRIA

**PORTO DA IGUALDADE**

ACESSIBILIDADE NO TRANSPORTE

ATENÇÃO À SAÚDE DE PÚBLICOS ESPECÍFICOS

CENTRO DE REFERÊNCIA EM DIREITOS HUMANOS

COMPLEMENTAÇÃO DE RENDA FAMILIAR PARA PÚBLICOS ESPECÍFICOS

ENFRENTAMENTO AO RACISMO INSTITUCIONAL E PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

EVENTOS ALUSIVOS A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA - PCDs

FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO - FUNDOIDOSO

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DOS ANIMAIS

GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ANIMAIS DOMÉSTICOS

POLÍTICAS PÚBLICAS DE DIREITOS ESPECÍFICOS

PROCON MUNICIPAL

PROJETOS E OBRAS COM ACESSIBILIDADE

PROMOÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A POPULAÇÃO LGBT

PROMOÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES

PROMOÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O IDOSO

PROMOÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS POVOS INDÍGENAS

PSB - SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO ACIMA DE 60 ANOS

PSEAC - SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA IDOSOS - INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA

PSEMC - SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA IDOSOS

**PORTO DA INCLUSÃO**

ALUGUEL SOCIAL

ATENÇÃO EM SAÚDE DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

ATENÇÃO ESPECIALIZADA À POPULAÇÃO VULNERÁVEL

BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS

BÔNUS MORADIA

CAPACITAR E INTEGRAR

CASAS DE EMERGÊNCIA

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE

EMPREGO CERTO - SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO - SINE

ESTÚDIO MULTIMEIOS

FOMENTO AO EMPREENDEDORISMO, AO MICROCRÉDITO E À FORMALIZAÇÃO DO MICROEMPREENDEDOR

FORTALECIMENTO DOS PROGRAMAS DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DE JOVENS E ADULTOS

GERAÇÃO DE RENDA VIA COLETA SELETIVA

GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA NA ÁREA DO SOCIOAMBIENTAL - PISA

HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NA ÁREA DO SOCIOAMBIENTAL

IMPLEMENTAÇÃO DO PROG. DE RED.GRADAT.DO NÚM.DE VEÍC.DE TRAÇÃO ANIMAL E DE TRAÇÃO HUMANA

INCENTIVO AO COOPERATIVISMO

INCLUSÃO PRODUTIVA NA RECICLAGEM

INTERVENÇÕES DE URBANIZAÇÃO NA ENTRADA DA CIDADE

MINHA CASA MINHA VIDA

OBRAS HABITACIONAIS DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

OBRAS HABITACIONAIS DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - COPA

PROJETO DE INCLUSÃO DIGITAL - TELECENTROS

PSB - CADASTRO ÚNICO DE PROGRAMAS SOCIAIS

PSB - SERVIÇO DE ATENDIMENTO À FAMÍLIA - SAF

PSB - SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA - PAIF

PSEAC - SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL - POPULAÇÃO ADULTA

PSEMC - CENTRO POP - SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

PSEMC - SERVIÇO DE ABORDAGEM SOCIAL ADULTO

PSEMC - SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS - PAEFI

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE CIDADÃOS DE BAIXA RENDA

REASSENTAMENTO

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA JUDICIAL

REGULARIZAÇÃO URBANÍSTICA, AMBIENTAL E FUNDIÁRIA – PRF

**PORTO VIVER**

AMPLIAÇÃO, RESTAURAÇÃO E MANUTENÇÃO DE UNIDADES RECREATIVAS

ATELIER LIVRE

AUDIOVISUAL

CARNAVAL

CINEMATECA CAPITÓLIO

DEMOCRATIZAÇÃO CULTURAL - FUNCULTURA

DESCENTRALIZAÇÃO

EVENTOS ESPORTIVOS E RECREATIVOS

FOMENTO À PRODUÇÃO CULTURAL - FUMPROARTE

FUNDO MONUMENTA

FUTEBOL

LINHA TURISMO

LIVRO E LITERATURA

MAIS CULTURA NA CIDADE

MEMÓRIA DA CIDADE

MÚSICA

NATIVISMO E MANIFESTAÇÕES POPULARES

PAC CIDADES HISTÓRICAS

PLANO MUNICIPAL DO LIVRO E LEITURA

PORTO ALEGRE EM CENA

PROMOÇÃO DE AÇÕES VOLTADAS À VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

QUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA REDE DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS DO MUNICÍPIO

SAMBÓDROMO

TEATRO E CIRCO EM MOVIMENTO

UNIDADE DE ARTES PLÁSTICAS

UNIDADE DE DANÇA

USINA DO GASÔMETRO

**SEGURANÇA INTEGRADA**

AMBIENTE SEGURO

AMPLIAÇÃO DO CENTRO INTEGRADO DE COMANDO - CEIC

ATENDIMENTO À DEFESA CIVIL

ATENDIMENTO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA E NA SUA PREVENÇÃO

CENTRO DE FORMAÇÃO E TREINAMENTO DA GUARDA MUNICIPAL

FUNDO MUNICIPAL DE REAPARELHAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS - FUMREBOM

INTEGRAÇÃO COM OUTROS ÓRGÃOS LIGADOS À SEGURANÇA PÚBLICA

INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE COMUNICAÇÃO

INTEGRAÇÃO DOS SISTEMAS DE PLANEJAMENTO, CONTROLE E MONITORAMENTO

MAPA DE ÁREAS DE RISCO DE PORTO ALEGRE

MODERNIZAÇÃO DA GUARDA MUNICIPAL

MONITORAMENTO CLIMATOLÓGICO DA CIDADE DE PORTO ALEGRE

PESQUISA E FORMAÇÃO

PORTO ALEGRE RESILIENTE

**CIDADE DA PARTICIPAÇÃO**

AÇÕES DE POLÍTICAS SOCIAIS

ADMINISTRAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

ARTICULAÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS

CAPACITAPOA

CENTROS ADMINISTRATIVOS REGIONAIS – CARS

CMS - CONSELHO MUNICIPAL DA SAÚDE

CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO

COOPERAÇÃO NACIONAL

FALA PORTO ALEGRE - 156

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL

FÓRUNS REGIONAIS E CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE SEGURANÇA

FUNDO DO CONSELHO MUNICIPAL SOBRE DROGAS - FUNCOMAD

GESTÃO DE COMUNICAÇÃO E INOVAÇÃO

GESTÃO DEMOCRÁTICA DO PLANEJAMENTO URBANO

MOBILIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

OBSERVA POA

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

OUVIDORIA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

PUBLICIDADE

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE PORTO ALEGRE–UAMPA

**GESTÃO TOTAL**

ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO JUNTO ÀS AGÊNCIAS MULTILATERAIS DE CRÉDITO

ADMINISTRAÇÃO GERAL

AMPLIAÇÃO DAS SOLUÇÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

APOIO OPERACIONAL A PROJETOS COM FINANCIAMENTOS EXTERNOS

APRIMORAMENTO DO CONTROLE INTERNO

AQUISIÇÃO DE NOVA SEDE - PREVIMPA

ATUALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO CADASTRO IMOBILIÁRIO

AUTOMAÇÃO DE PROCESSOS

COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PREVIDENCIÁRIA - COMPREV

CONTROLE DE GESTÃO FISCAL – PGM

DEFESA CIVIL

DÍVIDA EXTERNA

DÍVIDA INTERNA

ENCARGOS ESPECIAIS

ENCARGOS GERAIS

GESTÃO DA ESTRATÉGIA

GESTÃO DE ESTRUTURA, PROCESSOS E INFORMAÇÃO

GESTÃO DO PATRIMÔNIO MUNICIPAL

GESTÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL

GMR - GERENCIAMENTO MATRICIAL DA RECEITA TRIBUTÁRIA MUNICIPAL

IMPLANTAÇÃO DA ASSESSORIA DE AQUISIÇÕES E ALIENAÇÕES ESPECIAIS

IMPLANTAÇÃO DA CELIC - CENTRAL DE LICITAÇÕES E MELHORIA DOS PROCEDIMENTOS DE COMPRAS E SERVIÇOS

IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS

INCREMENTO DA COMERCIALIZAÇÃO

INOVAÇÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - DMAE

MANUTENÇÃO ESPECIAL

MANUTENÇÃO FUNDAMENTAL

MANUTENÇÃO INFANTIL

MANUTENÇÃO MÉDIO

MELHORIA DO ATENDIMENTO AO USUÁRIO - DMAE

MELHORIA NOS PROCESSOS DE ARRECADAÇÃO - DMAE

MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA (PMAT - BNDES)

MODERNIZAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE

MODERNIZAÇÃO DE PROCESSOS, SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE DE DADOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

NOTA FISCAL ELETRÔNICA

NOVA SEDE DA PGM

PREPARAÇÃO DE PROJETOS COM RECURSOS FINANCEIROS EXTERNOS

PROCESSAMENTO DE DADOS

PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DO PREVIMPA

QUALIFICAÇÃO DO ATENDIMENTO AO PÚBLICO - SMF

QUALIFICAÇÃO DO MODELO DE GESTÃO PÚBLICA

REAPARELHAMENTO ADMINISTRATIVO - PREVIMPA

REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO - PGM

REDUÇÃO DE INADIMPLÊNCIA

REESTRUTURAÇÃO DO ÓRGÃO - SMURB

REESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA SMF

SISTEMA DE CONTROLE DE DADOS HABITACIONAIS

SISTEMA DE GESTÃO - DMAE

SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO MUNICIPAL - SIGEM

SISTEMA INTEGRADO DE RECURSOS HUMANOS

SUPORTE ADMINISTRATIVO E SERVIÇOS

SUPORTE ÀS ATIVIDADES PREVIDENCIÁRIAS

**VOCÊ SERVIDOR**

ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

CAPACITAÇÃO DE PESSOAL

CAPACITAÇÃO DOS COLABORADORES PELA UNIVERSIDADE CORPORATIVA - UNIDMAE

CAPACITAÇÃO, ESPECIALIZAÇÃO E TREINAMENTO

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS

EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA SERVIDORES DA REDE DE SAÚDE

FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL

GESTÃO DA SELEÇÃO E INGRESSO DE PESSOAL

GESTÃO DAS CARREIRAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

INATIVOS/PENSIONISTAS

MELHOR PROFESSOR, MELHOR ESCOLA

MOTIVAÇÃO DOS COLABORADORES

OBRIGAÇÕES PATRONAIS

OBRIGAÇÕES PATRONAIS PARA O RPPS

OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

PAGAMENTO DE DECISÃO DO STF REFERENTE AO FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO LEGISLATIVO

PROFESSOR EM REDE

PROGRAMA DE ATENÇÃO À SAÚDE DO SERVIDOR – SMA

PROGRAMA DE ATENÇÃO À SAÚDE DO SERVIDOR - DEMHAB

PROGRAMA DE ATENÇÃO À SAÚDE DO SERVIDOR - DMAE

PROGRAMA DE ATENÇÃO À SAÚDE DO SERVIDOR - DMLU

PROGRAMA DE ATENÇÃO À SAÚDE DO SERVIDOR - PREVIMPA

PROGRAMA DE ATENÇÃO À SAÚDE DO SERVIDOR - FASC

PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO DO ATENDIMENTO AOS SEGURADOS

PROVA DE VIDA DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS

QUALIDADE DE VIDA DOS SERVIDORES

QUALIFICAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO PREVIDENCIÁRIO

QUALIFICAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO E EVENTOS TÉCNICOS – PGM

SAÚDE DO SERVIDOR

SAÚDE VOCAL

SISTEMA DE CAPACITAÇÃO E RECONHECIMENTO

SOMOS UM

**RESERVAS**

RESERVA DE CONTINGÊNCIA

RESERVA DO RPPS

**II - METAS E PRIORIDADES DO LEGISLATIVO MUNICIPAL**

**CÂMARA MUNICIPAL**

**NOME DA AÇÃO**

ATIVIDADE LEGISLATIVA

ATIVIDADES CULTURAIS

AUX.-FINANC.P/CURSOS PÓS-GRAD. E CUSTEIO DE EVENTOS DE TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO-SERVIDORES CM

AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO

CONCURSO SIOMA BREITMAN DE FOTOGRAFIA

CONFECÇÃO DE MATERIAL INSTITUCIONAL PARA A PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER

CONSTRUÇÃO DO PRÉDIO ANEXO DA CMPA

CONTINUIDADE DAS OBRAS DO PALÁCIO ALOÍSIO FILHO

DÍVIDA INTERNA - CM

ESCOLA DO LEGISLATIVO

MOSTRA DE ARTES CÊNICAS, MÚSICA E DANÇA DO TEATRO GLÊNIO PERES

OBRIGAÇÕES PATRONAIS

OBRIGAÇÕES PATRONAIS - PREVIMPA

OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS

PROCESSAMENTO DE DADOS

PUBLICIDADE

SEMANA DA CONSCIÊNCIA NEGRA

SEMINÁRIO SOBRE O DIA INTERNACIONAL DA MULHER

VALE-TRANSPORTE



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE - RS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO II – DE METAS FISCAIS

**II - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR**

2017

As metas fiscais para o exercício de 2015 foram aprovadas pela Lei Municipal nº 11.706, de 29 de outubro de 2014 (Lei de Diretrizes Orçamentárias).

A Tabela 1 apresenta a comparação das metas fiscais previstas com as realizadas.

**TABELA 1 - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO 2015**



**1. Receita Total**

Por Receita Total entende-se o somatório das receitas oriundas de impostos, taxas, contribuições, repasses constitucionais e voluntários, operações de crédito, alienação de bens, etc., ou seja, todas as entradas financeiras que aumentam o saldo do patrimônio financeiro.

A Tabela 2 mostra um comparativo das Receitas Previstas com as Realizadas.

**TABELA 2 – COMPARATIVO DAS RECEITAS PREVISTAS COM AS**

**REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2015**



A Receita Total prevista foi de R$ 5.911.818.432 (cinco bilhões, novecentos e onze milhões, oitocentos e dezoito mil e quatrocentos e trinta e dois reais), enquanto a Receita Realizada foi de R$ 5.661.125.603 (cinco bilhões, seiscentos e sessenta e um milhões, cento e vinte e cinco mil e seiscentos e três reais), representando uma diferença negativa de R$ 250.692.829 (duzentos e cinquenta milhões, seiscentos e noventa e dois mil e oitocentos e vinte e nove reais), correspondendo a uma variação negativa de 4,24% (quatro inteiros e vinte e quatro centésimos por cento).

As Receitas Correntes foram previstas em R$ 5.260.596.996 (cinco bilhões, duzentos e sessenta milhões, quinhentos e noventa e seis mil e novecentos e noventa e seis reais), sendo que as Receitas Correntes Realizadas atingiram o montante de R$ 5.360.912.867 (cinco bilhões, trezentos e sessenta milhões, novecentos e doze mil e oitocentos e sessenta e sete reais), apresentando uma diferença positiva de R$ 100.315.871 (cem milhões, trezentos e quinze mil e oitocentos e setenta e um reais), correspondendo a uma variação positiva de 1,91% (um inteiro e noventa e um centésimos por cento).

As Receitas de Capital apresentaram uma diferença entre a previsão e a arrecadação que corresponde a uma variação negativa de 68,10% (sessenta e oito inteiros e dez centésimos por cento). Destaca-se o item Operações de Crédito, cuja estimativa foi de R$ 487.778.552 (quatrocentos e oitenta e sete milhões, setecentos e setenta e oito mil e quinhentos e cinquenta e dois reais), para um ingresso de R$ 149.343.044 (cento e quarenta e nove milhões, trezentos e quarenta e três mil e quarenta e quatro reais), correspondendo a uma variação negativa de 69,38% (sessenta e nove inteiros e trinta e oito centésimos por cento).

**2. Receita Primária**

O conceito de Receita Primária desconsidera as aplicações financeiras, as operações de crédito, as alienações de ativos e amortizações de empréstimos recebidos.

A Tabela 3 apresenta o Comparativo das Receitas Primárias Previstas com as Realizadas.

**TABELA 3 – COMPARATIVO DAS RECEITAS PRIMÁRIAS PREVISTAS COM AS REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2015**



A Receita Primária prevista foi de R$ 5.330.256.861 (cinco bilhões, trezentos e trinta milhões, duzentos e cinquenta e seis mil e oitocentos e sessenta e um reais), enquanto a Receita Primária realizada foi de R$ 5.304.706.721 (cinco bilhões, trezentos e quatro milhões, setecentos e seis mil e setecentos e vinte e um reais), resultando em uma diferença negativa de R$ 25.550.140 (vinte e cinco milhões, quinhentos e cinquenta mil e cento e quarenta reais), correspondendo a uma variação negativa de 0,48% (quarenta e oito centésimos por cento).

**3. Despesa Total**

Por Despesa Total entende-se o somatório das despesas de pessoal e encargos sociais, serviço da dívida, investimentos, etc. Ou seja, todas as saídas financeiras que modificam o saldo do patrimônio financeiro.

A Tabela 4 demonstra um comparativo das Despesas Previstas com as Realizadas.

**TABELA 4 – COMPARATIVO DAS DESPESAS PREVISTAS COM AS REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2015**



A Despesa Total prevista foi de R$ 5.911.818.432 (cinco bilhões, novecentos e onze milhões, oitocentos e dezoito mil e quatrocentos e trinta e dois reais), enquanto a Despesa Realizada foi de R$ 5.429.839.994 (cinco bilhões, quatrocentos e vinte e nove milhões, oitocentos e trinta e nove mil e novecentos e noventa e quatro reais), representando uma diferença negativa de R$ 481.978.438 (quatrocentos e oitenta e um milhões, novecentos e setenta e oito mil e quatrocentos e trinta e oito reais), correspondendo a uma variação negativa de 8,15% (oito inteiros e quinze centésimos por cento). A diferença a menor nos investimentos decorre, basicamente, pelo não ingresso das Operações de Crédito previstas.

As Despesas Correntes foram previstas em R$ 4.755.903.978 (quatro bilhões, setecentos e cinquenta e cinco milhões, novecentos e três mil e novecentos e setenta e oito reais), sendo que as Despesas Correntes Realizadas atingiram o montante de R$ 4.940.303.060 (quatro bilhões, novecentos e quarenta milhões, trezentos e três mil e sessenta reais), apresentando uma diferença positiva de R$ 184.399.082 (cento e oitenta e quatro milhões, trezentos e noventa e nove mil e oitenta e dois reais), correspondendo a uma variação positiva de 3,88% (três inteiros e oitenta e oito centésimos por cento). Já as Despesas de Capital apresentaram uma variação negativa de 47,10% (quarenta e sete inteiros e dez centésimos por cento).

* 1. **4. Despesa Primária**

O conceito de Despesa Primária desconsidera, nas despesas, os juros e amortização da dívida.

A Tabela 5 apresenta o Comparativo das Despesas Primárias Previstas com as Realizadas.

**Tabela 5 – COMPARATIVO DAS DESPESAS PRIMÁRIAS PREVISTAS COM AS REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2015**



A Despesa Primária prevista foi de R$ 5.695.699.000 (cinco bilhões, seiscentos e noventa e cinco milhões, seiscentos e noventa e nove mil reais), enquanto a Despesa Primária Realizada foi de R$ 5.241.153.766 (cinco bilhões, duzentos e quarenta e um milhões, cento e cinquenta e três mil e setecentos e sessenta e seis reais), resultando em uma diferença negativa de R$ 454.545.234 (quatrocentos e cinquenta e quatro milhões, quinhentos e quarenta e cinco mil e duzentos e trinta e quatro reais), correspondendo a uma variação negativa de 7,98% (sete inteiros e noventa e oito centésimos por cento).

**5. Resultado Primário**

O Resultado Primário indicará se os níveis de gastos orçamentários dos entes federativos são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as Receitas Primárias são capazes de suportar as Despesas Primárias.

A Tabela 6 apresenta o Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário.

**TABELA 6 – DEMONSTRATIVO DA APURAÇÃO DO RESULTADO PRIMÁRIO NO EXERCÍCIO DE 2015**



Comparando o Resultado Primário negativo previsto de R$ 365.442.139 (trezentos e sessenta e cinco milhões, quatrocentos e quarenta e dois mil e cento e trinta e nove reais) com o Resultado Primário positivo realizado de R$ 63.552.955 (sessenta e três milhões, quinhentos e cinquenta e dois mil e novecentos e cinquenta e cinco reais), observa-se uma diferença positiva de R$ 428.995.094 (quatrocentos e vinte e oito milhões, novecentos e noventa e cinco mil e noventa e quatro reais), correspondendo a uma variação positiva de 117,39% (cento e dezessete inteiros e trinta e nove centésimos por cento).

A Tabela 7 mostra o histórico do Resultado Primário no período 2006/2015.

**TABELA 7 – DEMONSTRATIVO DO HISTÓRICO DO RESULTADO PRIMÁRIO NO EXERCÍCIO DE 2006/2015**



**6. Resultado Nominal**

O Resultado Nominal representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida em 31 de dezembro de determinado ano em relação ao apurado em 31 de dezembro do ano anterior.

A Tabela 8 expõe o Demonstrativo da Apuração do Resultado Nominal.

**TABELA 8 – DEMONSTRATIVO DA APURAÇÃO DO RESULTADO NOMINAL NO EXERCÍCIO DE 2015**



O Resultado Nominal realizado superou o previsto. Enquanto se previa um Resultado Nominal positivo de R$ 345.130.223 (trezentos e quarenta e cinco milhões, cento e trinta mil e duzentos e vinte e três reais), este, na execução, atingiu o valor de R$ 357.218.345 (trezentos e cinquenta e sete milhões, duzentos e dezoito mil e trezentos e quarenta e cinco reais), apresentando uma diferença positiva de R$ 12.088.122 (doze milhões, oitenta e oito mil e cento e vinte e dois reais).

**7. Dívida Pública Consolidada**

Dívida Pública Consolidada é o montante total apurado:

– das obrigações financeiras do ente da Federação, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados;

– das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento;

– dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos.

A Tabela 9 mostra o Comparativo da Dívida Pública Consolidada Estimada com a Realizada.

**TABELA 9 – COMPARATIVO DA DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA ESTIMADA COM A REALIZADA NO EXERCÍCIO DE 2015**



A Dívida Pública Consolidada Estimada foi de R$ 1.980.630.623 (um bilhão, novecentos e oitenta milhões, seiscentos e trinta mil e seiscentos e vinte e três reais), enquanto a realizada foi de R$ 1.517.931.063 (um bilhão, quinhentos e dezessete milhões, novecentos e trinta e um mil e sessenta e três reais), resultando numa diferença negativa de R$ 462.699.560 (quatrocentos e sessenta e dois milhões, seiscentos e noventa e nove mil e quinhentos e sessenta reais), correspondendo a uma variação negativa de 23,36% (vinte e três inteiros e trinta e seis centésimos por cento).

A Tabela 10 demonstra o Comparativo da Dívida Pública Consolidada com a Receita Arrecadada no período 2006/2015.

**TABELA 10 – COMPARATIVO DA DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA COM A RECEITA ARRECADADA NO PERÍODO 2006/2015**



**8. Dívida Consolidada Líquida**

A Dívida Consolidada Líquida corresponde à Dívida Pública Consolidada, deduzidos os valores que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos restos a pagar processados.

A Tabela 11 mostra um comparativo da Dívida Consolidada Líquida Estimada com a Realizada:

**Tabela 11 – COMPARATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA ESTIMADA COM A REALIZADA NO EXERCÍCIO DE 2015**



A Dívida Consolidada Líquida Estimada foi de R$ 1.980.630.623 (um bilhão, novecentos e oitenta milhões, seiscentos e trinta mil e seiscentos e vinte e três reais), enquanto a Dívida Consolidada Líquida Realizada foi de R$ 1.517.931.063 (um bilhão, quinhentos e dezessete milhões, novecentos e trinta e um mil e sessenta e três reais), resultando numa diferença negativa de R$ 462.699.560 (quatrocentos e sessenta e dois milhões, seiscentos e noventa e nove mil e quinhentos e sessenta reais), correspondendo a uma variação negativa de 23,36% (vinte e três inteiros e trinta e seis centésimos por cento).







PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE – RS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO II – DE METAS FISCAIS

**VI - AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**

2017

1. **Introdução**

O Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do Município de Porto Alegre é gerido pelo Departamento Municipal de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Porto Alegre – PREVIMPA, entidade autárquica, de acordo com os dispositivos estabelecidos pela Lei Complementar nº 478, de 26 de setembro de 2002. O PREVIMPA possui dois grupos: o PREVIMPA-RS que é o Plano Financeiro aplicável aos servidores públicos que ingressaram em cargo efetivo na Prefeitura Municipal de Porto Alegre até 09/09/2001, ou seja, antes da segregação de massas; e o PREVIMPA-CAP que é o Plano Previdenciário aplicável aos servidores públicos que ingressaram em cargo efetivo na Prefeitura Municipal de Porto Alegre a partir de 10/09/2001, ou seja, após a segregação de massas. Portanto, a presente avaliação contemplará a análise dos dois grupos, um relativo ao Plano Financeiro (PREVIMPA-RS) e outro relativo ao Plano Previdenciário (PREVIMPA-CAP).

A referida avaliação revela o fluxo prospectivo das variáveis salariais e previdenciárias dos servidores públicos municipais, registrando-se, ano a ano, as Esperanças Estocásticas Monetárias de Salários, Contribuições e Benefícios, durante um período de 75 anos futuros. Desta forma, evidencia-se a cronologia estimada das obrigações futuras do Município durante esse período.

A Avaliação Atuarial é um estudo técnico desenvolvido por um Atuário cujo objetivo é analisar, acompanhar e propor as adequações necessárias para a viabilidade dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), sempre primando pelo equilíbrio e sustentabilidade dos planos de previdência.

O equilíbrio financeiro e atuarial dos planos de previdência é exigido pelo art. 40 da CF, de 1988:

***Art. 40.*** *Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.*

Sendo assim, o plano de previdência dos servidores públicos deve ser construído sobre três importantes pilares:

1. Caráter contributivo e solidário;
2. Contribuição do ente público, dos servidores ativos, aposentados e dos pensionistas;
3. Preservação do equilíbrio financeiro e atuarial.

Para que uma Avaliação Atuarial possa ser elaborada são necessárias informações e premissas técnicas para a realização dos cálculos atuarias, tais como: cadastro dos servidores ativos, aposentados, pensionistas e dependentes, informações financeiras e previdenciárias do plano, premissas atuariais, tábuas de mortalidade, legislação vigente entre outras.

A avaliação atuarial irá determinar quais as alíquotas de contribuição e as reservas matemáticas necessárias para garantir o pagamento de todos os benefícios estipulados no plano de previdência, bem como irá apresentar a atual situação financeira e atuarial do RPPS.

1. **Base Cadastral Geral**

A base cadastral com todas as informações dos servidores ativos, aposentados, pensionistas e dependentes é um dos principais componentes da avaliação atuarial. Esses dados irão influenciar diretamente o resultado do estudo, por isso é necessário que o banco de dados esteja sempre atualizado e com as informações completas para que a avaliação reflita a realidade do RPPS.

A base cadastral, da totalidade dos servidores, em sua maioria foi considerada consistente para a elaboração da avaliação atuarial. No entanto, devem ser promovidas ações para a complementação dos dados faltantes e para a sua constante atualização.

O plano PREVIMPA-RS possui:

9.963 servidores ativos, sendo 4.898 mulheres e 5.065 homens.

8.833 aposentados, sendo 5117 mulheres e 3.716 homens.

4.598 pensionistas, sendo 3.844 mulheres e 754 homens.

O plano PREVIMPA-CAP possui:

6.660 servidores ativos, sendo 4.500 mulheres e 2.160 homens.

96 aposentados, sendo 76 mulheres e 20 homens.

32 pensionistas, sendo 16 mulheres e 16 homens.

Os principais problemas encontrados no cadastro dos servidores e dependentes serão apresentados a seguir:

**a) Tempo de Contribuição anterior a admissão na prefeitura**:

O grupo PREVIMPA-CAP possui 6.660 servidores ativos, destes 5.812 possuem idade de ingresso na prefeitura igual ou superior a 26 anos e assim poderiam ter algum tempo de contribuição anterior influenciando nos tempos mínimos para se aposentar. No entanto, 2.528 servidores não informaram nenhum tempo anterior, representando 43,50% dos 5.812 servidores.

O grupo PREVIMPA-RS possui 9.963 servidores ativos, destes 6.182 possuem idade de ingresso na prefeitura igual ou superior a 26 anos e assim poderiam ter algum tempo de contribuição anterior influenciando nos tempos mínimos para se aposentar. No entanto, 1.554 servidores não informaram nenhum tempo anterior, representando 25,14% dos 6.182 servidores. É necessário verificar se esses servidores realmente não possuem nenhum tempo anterior ou apenas não informaram.

**b) Dados cadastrais de Dependentes Previdenciários - cônjuge:**

Considerando o recadastramento realizado em 2015 por meio do convênio com o MPAS, constatamos que o percentual de servidores casados ou em união estável está compatível com os índices constantes na pesquisa do IBGE registrada no PNAD de 2011, face o recadastramento realizado no ano de 2015. Segue abaixo a tabela com a distribuição de cônjuges/companheiros por faixa de idade:



O percentual de servidores casados ou em união estável do grupo PREVIMPA-RS está próximo aos índices divulgados na pesquisa do IBGE registrada no PNAD de 2011. No entanto, é necessária a constante atualização das informações, principalmente em virtude de novos casamentos e filhos nascidos recentemente:



**c) Dados de Dependentes Previdenciários – filhos menores de 21 anos:**

O percentual de servidores com filhos menores de 21 anos é de 47% do grupo PREVIMPA-CAP e 46,6% do grupo PREVIMPA-RS.

Não encontramos dados estatísticos no IBGE para comparação, mas presenciamos o relato de alguns servidores que confundem o cadastro de dependente previdenciário com o cadastro de dependente para o imposto de renda. Diante o exposto, muitos servidores não declararam os seus filhos como dependentes previdenciários e será necessária uma ação conjunta para a melhoria dessa informação cadastral.

**d) Data no Cargo dos servidores em branco:**

Todos os servidores do plano PREVIMPA-RS e PREVIMPA-CAP estão com data do cargo.

**e) Remunerações abaixo do salário mínimo:**

Quando alguma remuneração dos servidores estava abaixo do salário mínimo, ou até mesmo zerado, principalmente em decorrência de excesso de faltas, consideramos o valor médio da remuneração do cargo para esses servidores.

**f) Salário de Contribuição:**

O valor do salário de contribuição utilizado na avaliação atuarial segue o regime de competência, assim podem existir algumas diferenças em relação a outros relatórios emitidos pela Prefeitura, pois parcelas recebidas no mês de dezembro, mas relativas a competências anteriores não são consideradas para as projeções futuras da avaliação atuarial, assim como consideramos o salário médio do cargo para algumas matrículas com o valor zerado.

1. **Plano de Benefícios**

Conforme art. 30 da LC 478, de 2002 estão previstos os seguintes benefícios a serem pagos pelo PREVIMPA:

I – quanto ao segurado:

1. Aposentadoria
2. Auxílio-doença
3. Salário-maternidade
4. Salário-família

II – quanto ao beneficiário:

1. Pensão por morte;
2. Auxílio-reclusão;
3. **Hipóteses Técnicas**
   1. **Tábuas Biométricas:**
4. **Tábua de Mortalidade de Válidos (eventos gerador morte):**

IBGE 2011- Geral

1. **Tábua Mortalidade de Válido (evento gerador sobrevivência):**

IBGE 2011- Geral

1. **Tábua de Mortalidade de Inválido:**

IBGE 2011- Geral

1. **Tábua de Entrada em Invalidez:**

Álvaro Vindas

1. **Tábua de Morbidez:**

Não considerada.

**Justificativa das Tábuas**: Conforme art. 6º da Portaria MPS 403, de 2008.

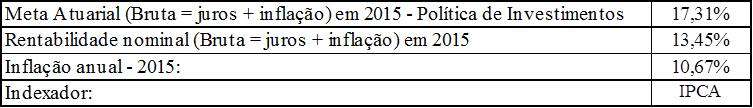
* 1. **Taxa de Juros (PREVIMPA-CAP)**

Para a avaliação atuarial de 2014 utilizou-se a taxa de juros reais de **6% ao ano**.

A taxa de juros reais é estipulada conforme **art. 9º da Portaria MPS nº 403, de 2008**:

***Art. 9º*** *A taxa real de juros utilizada na avaliação atuarial deverá ter como referência a meta estabelecida para as aplicações dos recursos do RPPS na Política de Investimentos do RPPS, limitada ao máximo de 6% (seis por cento) ano.*

**Resultado da Meta Atuarial de 2015:**



**Justificativa:**

A escolha do IPCA deve-se ao fato de que a política salarial do Município, nos últimos anos, vem sendo balizada por esse índice. A taxa de juros de 6% segue a Política de Investimentos do PREVIMPA para o período de 2015 a 2018. A meta atuarial em 2015 foi IPCA+6% ao ano, resultando um percentual de 17,31% e os investimentos do PREVIMPA renderam 13,45% na marcação a mercado dos investimentos. Apesar de que 92,51% dos ativos estão investidos em títulos públicos com pagamento de cupons de juros mais IPCA acima da meta atuarial de longo prazo, o que atende o critério de meta atuarial de longo prazo.

* 1. **Taxa de Juros (PREVIMPA-RS)**

Para a avaliação atuarial de 2016 utilizou-se a taxa de juros reais de **0% ao ano**.

Conforme inciso I, art. 21 **da Portaria MPS nº 403, de 2008**:

*I - Para o Plano Financeiro: o resultado atuarial e as projeções atuariais de receitas e despesas avaliados a taxa real de juros referencial de 0% (zero por cento).*

* 1. **Taxa Real de Crescimento da Remuneração**

Utilizou-se 2,3% a.a. como taxa real de crescimento da remuneração ao longo do tempo.

Justificativa Técnica: Com base na análise do plano de carreira do município; levando em consideração todos os avanços trienais, as progressões e os adicionais de 15 e 25 anos de tempo de contribuição; o crescimento médio anual da remuneração ao longo da carreira é de 2,3% ao ano.

**Taxa Média Anual Real de Crescimento da Remuneração nos últimos Três Anos – PREVIMPA-CAP**

Para analisarmos a taxa real de crescimento salarial médio dos últimos 3 anos consideramos a média salarial do grupo PREVIMPA-CAP dos últimos 3 períodos: dez/2015, dez/2014 e dez/2013. A análise desse grupo apresentou os seguintes índices de crescimento salarial:



\*Valores em R$.

A taxa média anual real de crescimento da remuneração nos últimos três anos foi de 0,48%. No entanto, com base na análise do plano de carreira do município; levando em considerando todos os avanços trienais, as progressões e os adicionais de 15 e 25 anos de tempo de contribuição; o crescimento médio anual da remuneração ao longo da carreira é de 2,3% ao ano.

A título de demonstração do que escrevemos a respeito do comportamento do salário da massa de servidores consultamos no sistema ERGON os salários dos servidores que estavam ativos simultaneamente em 31/12/2013, 31/12/2014 e 31/12/2015, calculamos a variação dos salários e descartamos os valores extremos devidos a erros de cadastro, servidores que mudaram de cargo, recebimento de diferenças, etc. Sendo que, obtivemos um percentual de 10,24% de crescimento salarial médio no ano de 2015, deflacionamos pelo IPCA de 2015 (10,67%), obtemos o percentual médio real de crescimento salarial de -0,39% (menos zero vírgula trinta e nove por cento) para a massa de servidores ativos, conforme quadro abaixo.



**Taxa Média Anual Real de Crescimento da Remuneração nos últimos Três Anos –PREVIMPA-RS**

Utilizou-se 2,3% a.a. como taxa real de crescimento da remuneração ao longo do tempo.

Para analisarmos a taxa real de crescimento salarial dos últimos 3 anos consideramos a média salarial do grupo PREVIMPA-RS de dez/2015, dez/2014 e dez/2013. A análise desse grupo apresentou os seguintes índices de crescimento salarial:



A taxa média anual real de crescimento da remuneração nos últimos três anos foi de -0,25%, devido principalmente a redução do número de servidores ativos, pois o grupo está em extinção. No entanto, com base na análise do plano de carreira do município; levando em considerando todos os avanços trienais, as progressões e os adicionais de 15 e 25 anos de tempo de contribuição; o crescimento médio anual da remuneração ao longo da carreira é de 2,3% ao ano.

* 1. **Projeção de Crescimento Real dos Benefícios do Plano**

Utilizou-se 1,00% a.a. como taxa real de crescimento dos benefícios ao longo do tempo.

Justificativa Técnica: Considerando somente os reajustes da inflação, acreditamos que ao longo dos anos o crescimento real não deve ser superior a 1% ao ano.

Para analisarmos a taxa real de crescimento dos benefícios dos últimos 3 anos consideramos a média de benefício do grupo PREVIMPA-CAP dos últimos 3 períodos: dez/2015, dez/2014 e dez/2013. A análise desse grupo apresentou os seguintes índices de crescimento do benefício:



\*Valores em R$.

No ano de 2015 o número de aposentados passou de 75 para 96, sendo que estes novos aposentados possuem um benefício bem maior que os anteriores, assim a análise da taxa real de crescimento médio dos benefícios ficou prejudicada.

Adotamos o crescimento de 1% ao ano, pois a maioria deste grupo não possui paridade e deve receber apenas o reajuste da inflação.

Segue quadro demonstrativo da comparação do crescimento real dos benefícios de aposentadoria fixando-se o grupo de aposentados existentes em 2013 e comparando a evolução de seu benefício em relação aos anos de 2014 e 2015, bem como a comparação ao ano de 2014 em relação ao ano de 2015.



**Taxa Média Anual Real de Crescimento dos Benefícios dos últimos Três Anos – PREVIMPA-RS**

Utilizou-se 1,00% a.a. como taxa real de crescimento dos benefícios ao longo do tempo.

Justificativa Técnica: Considerando somente os reajustes da inflação, acreditamos que ao longo dos anos o crescimento real não deve ser superior a 1% ao ano.

Para analisarmos a taxa real de crescimento dos benefícios dos últimos 3 anos consideramos a média de benefício do grupo PREVIMPA-RS de dez/2015, dez/2014 e dez/2013. A análise desse grupo apresentou os seguintes índices de crescimento do benefício:



Apesar da taxa de crescimento média ter resultado em 0,21%, projetamos que ao longo prazo as taxas ficarão próximas a 1% ano.

Segue quadro demonstrativo da comparação do crescimento real dos benefícios de aposentadoria fixando-se o grupo de aposentados existentes em 2013 e comparando a evolução de seu benefício em relação aos anos de 2014 e 2015, bem como a comparação ao ano de 2014 em relação ao ano de 2015.



* 1. **Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo dos Salários e Benefícios**

Utilizou-se o fator de determinação de 98,00%, conforme formulação da Nota Técnica Atuarial.

* 1. **Novos Entrantes**

Aplicada somente para a projeção do Fluxo de Caixa Atuarial. Adotamos como parâmetro máximo a relação menor que 1 na proporção estimada de Novos Entrantes que integrarão a massa estimada de segurados das gerações futuras. Como critério de cálculo adotamos a metodologia atuarial de construção de uma tábua de proporção de novos entrantes por idade baseada nas idades de entrada dos atuais servidores com aplicação do método estocástico de Simulação de Monte Carlo, a qual será utilizada para construção de novos números de comutação para cálculos dos fatores de renda atuarial. Metodologia detalhada na Nota Técnica Atuarial.

Para o grupo PREVIMPA-RS: não foi considerada a hipótese de novos entrantes, pois o plano PREVIMPA-RS é um grupo fechado.

* 1. **Composição Familiar**

Considerando as características da concessão dos benefícios de Reversão em Pensão da renda Aposentadoria de servidor ativo e inativo com a reversão de cotas ao dependente sobrevivente, principalmente dos benefícios temporários para os benefícios vitalícios (cônjuges).

Considerando a complexidade das estimativas do benefício de pensão, bem como o impacto pouco significativo do cálculo de uma pensão temporária até 21 anos do filho do servidor falecido.

Optamos por adotar uma premissa de cálculo baseada no *núcleo familiar* do servidor, onde será utilizado a probabilidade de o servidor estar casado na data da morte, conforme literatura atuarial, em especial COPPINI: 2002 (*Tecnica delle Assicurazioni social*).

Mantido o Método de família padrão (Hx) para a estimativa do Custo de Pensão de Ativo com base no próprio grupo familiar dos servidores da Prefeitura de Porto Alegre. Construímos uma tábua do Hx da composição familiar dos servidores ativos e aposentados com dados de dezembro/2015.

* 1. **Rotatividade**

Não foi considerada a hipótese rotatividade, por conservadorismo, pois trata-se de um grupo de servidores públicos com estabilidade, o que reduz as chances de saída.

* 1. **Idade hipotética da primeira vinculação a regime previdenciário**

Idade hipotética, por sexo, adotada nesta avaliação como primeira vinculação a qualquer regime previdenciário para suprir deficiência cadastral no cálculo da estimativa do tempo de contribuição, ou a justificativa técnica pertinente, conforme abaixo:

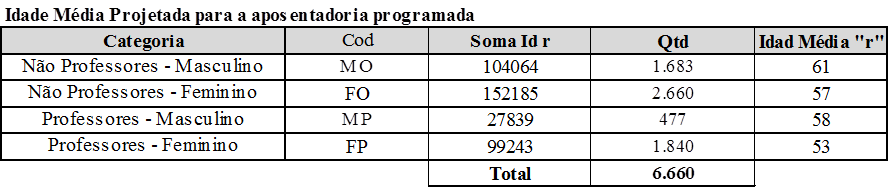
1. Feminino: 25 anos
2. Masculino: 25 anos

Justificativa: Para os servidores que não possuíam tempo de contribuição anterior à prefeitura consideramos que eles entraram no mercado de trabalho, vinculados a algum regime de previdência, aos 25 anos de idade para ambos os sexos, pois essa é a idade média da primeira vinculação para os servidores que já informaram o seu tempo de contribuição anterior.

* 1. **Idade Média Projetada para a Aposentadoria Programada**

Com base nas regras de aposentadoria vigente, a idade média projetada de aposentadoria programada para o grupo de servidores, separado por professores e não professores e por sexo, segue conforme abaixo:

**PREVIMPA-CAP**



**PREVIMPA-RS**



1. **Regimes Financeiros e Métodos de Financiamento**

A presente avaliação considerou os seguintes regimes financeiros e métodos de financiamento para o cálculo do custo do plano e reservas matemáticas para pagamento dos benefícios assegurado pelo RPPS:

**PREVIMPA-CAP**



**PREVIMPA-RS**

|  |  |
| --- | --- |
| **Benefícios Previdenciários** | **Regime Financeiro/Método** |
| Aposentadorias por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória. | Repartição Simples |
| Aposentadoria por Invalidez | Repartição Simples |
| Pensão por Morte de segurado Ativo | Repartição Simples |
| Pensão por Morte de Aposentado por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória | Repartição Simples |
| Pensão por Morte de Aposentado por Invalidez | Repartição Simples |
| Auxílio-doença | Repartição Simples |
| Salário-maternidade | Repartição Simples |
| Auxílio-reclusão | Repartição Simples |
| Salário-família | Repartição Simples |

**Regime Financeiro de Capitalização**: regime em que as contribuições estabelecidas no plano de custeio, a serem pagas pelo ente federativo, pelos servidores ativos e inativos e pelos pensionistas, acrescidas ao patrimônio existente, às receitas por ele geradas e a outras espécies de aportes, sejam suficientes para a formação dos recursos garantidores a cobertura dos compromissos futuros do plano de benefícios e da taxa de administração.

**Regime Financeiro de Repartição de Capitais de Cobertura**: regime em que as contribuições estabelecidas no plano de custeio, a serem pagas pelo ente federativo, pelos servidores ativos e inativos e pelos pensionistas, em um determinado exercício, sejam suficientes para a constituição das reservas matemáticas dos benefícios iniciados por eventos que ocorram nesse mesmo exercício.

**Regime Financeiro de Repartição Simples**: regime em que as contribuições estabelecidas no plano de custeio, a serem pagas pelo ente federativo, pelos servidores ativos e inativos e pelos pensionistas, em um determinado exercício, sejam suficientes para o pagamento dos benefícios nesse exercício, sem o propósito de acumulação de recursos.

1. **Informações Adicionais do Plano Financeiro: PREVIMPA-RS**

O PREVIMPA-RS é o Plano Financeiro aplicável aos servidores públicos que ingressaram em cargo efetivo na Prefeitura Municipal de Porto Alegre até 09/09/2001, ou seja, antes da segregação de massas.

O objetivo dessa avaliação atuarial é demonstrar o plano PREVIMPA-RS calculado com taxa de juros de 0%, ou seja, este plano é estruturado pelo regime de caixa e todas as insuficiências financeiras serão aportadas pelo ente público, sem a constituição de reservas.

No cálculo das contribuições futuras foram consideradas as alíquotas de 11% do servidor ativo e 22% do Ente, em conjunto com as contribuições acima do teto do RGPS onde os aposentados e pensionistas contribuem com 11% e o Ente contribui com 22% sobre a mesma base dos aposentados.

Informamos que é de extrema importância a atualização cadastral das informações dos servidores, principalmente em relação aos ativos, pois a estimativa de idade de aposentadoria programada é muito sensível a qualquer alteração de idade de entrada, portanto é imprescindível considerarmos a idade real para evitarmos ao máximo o uso de estimativas.

A avaliação atuarial do PREVIMPA-RS foi calculada com base nos parâmetros acima citados, acompanhada da Nota Técnica Atuarial.

1. **Informações Adicionais do Plano Previdenciário: PREVIMPA-CAP**

O PREVIMPA-CAP é o Plano Previdenciário aplicável aos servidores públicos que ingressaram em cargo efetivo na Prefeitura Municipal de Porto Alegre a partir de 10/09/2001, ou seja, após a segregação de massas.

O objetivo dessa avaliação atuarial é reavaliar o plano PREVIMPA-CAP com dados na data base de 31/12/2014, recalculando os custos, as reservas matemáticas, o passivo atuarial e as projeções atuariais visando o equilíbrio financeiro e atuarial do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS deste município.

O ativo do PREVIMPA-CAP em 31/12/2015 somava **R$ 1.038.642.855,69**, sendo composto de:

* Saldo financeiro: R$ 968.628.464,33.
* Dívida Patronal atualizada: R$ 34.219.284,38.
* Reserva financeira destinada para investimento patrimonial: R$ 2.049.707,83
* Imóvel (nova sede): R$ 6.585.798,30
* Acordo de Parcelamento, LC 750/2014, referente à alíquota suplementar de 2,144% não repassada em 2013: R$ 7.358.530,95, conforme LC 723/2013.
* Contribuição patronal do regime de Capitalização a receber em Janeiro/2016, da Administração Centralizada, de competência do mês de Dezembro/2015: R$ 13.071.869,16
* Contribuição social do regime de Capitalização a receber em Janeiro/2016, da Administração Centralizada, de competência do mês de Dezembro/2015: R$ 6.729.200,74
  1. **Reservas Matemáticas**

A reserva matemática é a diferença entre o valor atual dos benefícios futuros assumidos pelo RPPS, quanto à concessão do benefício aos membros do grupo, e o valor atual das contribuições futuras previstas para a cobertura dos referidos encargos, de acordo com o regime financeiro adotado especificamente para o benefício no plano de custeio vigente.

**Reserva Matemática = VABF - VACF**

* + 1. **Reserva Matemática de Benefícios a Conceder**

A reserva matemática de benefícios a conceder é calculada para os benefícios estruturados com base no regime financeiro de capitalização para o grupo de servidores que ainda não estão em gozo desse benefício. Os valores dessa reserva são apresentados abaixo:



* + 1. **Reserva Matemática de Benefícios Concedidos**

A reserva matemática de benefícios concedidos é calculada para os benefícios estruturados com base no regime financeiro de capitalização e de repartição de capitais de cobertura para o grupo de servidores que já estão em gozo desse benefício, cujos valores estão apresentados abaixo:



* 1. **Resultado da Avaliação Atuarial PREVIMPA-CAP**

O resultado da Avaliação Atuarial é apurado comparando a reserva matemática total, também chamada de passivo atuarial, com os ativos do plano, bens e contribuições futuras previstas para o regime previdenciário.

O resultado da avaliação atuarial pode ser equilibrado, superavitário ou deficitário.

Sempre quando os ativos do plano forem superiores ao valor das reservas matemáticas teremos um resultado atuarial superavitário:

|  |  |
| --- | --- |
| **Ativos do Plano** | **Reservas Matemáticas** |
| **Superávit** |

Quando as reservas matemáticas forem superiores aos ativos do plano teremos um resultado atuarial deficitário:

|  |  |
| --- | --- |
| **Ativos do Plano** | **Reservas Matemáticas** |
| **Déficit** |

A situação ideal e desejável é o equilíbrio atuarial, ou seja, quando os ativos do plano são suficientes para cobrir as reservas matemáticas:

|  |  |
| --- | --- |
| **Ativos do Plano** | **Reservas Matemáticas** |
|

O resultado da avaliação atuarial de 2016 está representado no quadro abaixo:



* 1. **Equacionamento do Déficit Atuarial**

Como vimos no item 8, o resultado da Avaliação Atuarial de 2016, base 2015, apresentou um déficit de (**R$ 462.959.594,16),** sendo assim seria necessário providenciar o equacionamento desse resultado para a manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS conforme art. 18 da Portaria MPS 403/2008:

*Art. 18. No caso da avaliação indicar déficit atuarial deverá ser apresentado no Parecer Atuarial plano de amortização para o seu equacionamento.*

*§ 1º O plano de amortização deverá estabelecer um prazo máximo de 35 (trinta e cinco) anos para que sejam acumulados os recursos necessários para a cobertura do déficit atuarial.*

*§ 2º O plano de amortização poderá ser revisto nas reavaliações atuariais anuais, respeitando sempre o período remanescente para o equacionamento, contado a partir do marco inicial estabelecido pela implementação do plano de amortização inicial. (grifo nosso)*

Em virtude dos déficits registrados nas avaliações anteriores, foi aprovada a **Lei Complementar 723, de 30 de dezembro de 2013** que determinou as alíquotas normal e suplementar para o equilíbrio do plano capitalizado, **com efeitos pecuniários a partir de 1º de janeiro de 2013**, conforme abaixo:



Nessa Avaliação Atuarial de 2016 as alíquotas de contribuição apresentaram uma pequena variação em relação ao resultado de 2013, sendo assim, os resultados foram os seguintes:



Diante o exposto, considerando que o Ente Público irá repassar o valor da alíquota suplementar devida em 2013, é possível a manutenção das alíquotas conforme **Lei Complementar 723, de 2013**, ou seja, alíquota normal de 11% para os servidores, alíquota normal de 18,969% para o ente e alíquota suplementar de 5,175% para o ente até 2046.

**Considerações Finais do Plano PREVIMPA-CAP:**

Ratificamos que é de extrema importância a atualização cadastral das informações dos servidores, principalmente em relação aos ativos, pois a estimativa de idade de aposentadoria programada é muito sensível a qualquer alteração de idade de entrada, portanto é imprescindível considerarmos a idade real para evitarmos ao máximo o uso de estimativas.

Salientamos a importância do repasse das alíquotas de contribuição normal e suplementar conforme Lei Complementar nº 723, de 2013, visando à manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial do plano.

A avaliação foi calculada com base nos parâmetros acima citados, acompanhada da Nota Técnica Atuarial, e foi realizada por atuário servidor de cargo efetivo do PREVIMPA.

**DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICIPIO DE PORTO ALEGRE**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

**RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS**

**2017**











PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE - RS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO II – DE METAS FISCAIS

**VII - ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA**

2017

As normas sobre renúncia de receita obedecerão ao disposto no art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, e alterações posteriores.

Segundo o artigo supra, a renúncia de receita consiste na concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária, compreendendo anistia, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção de caráter não geral, alteração de alíquotas ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado, ficando condicionada aos seguintes pré-requisitos:

I – estar acompanhada de estimativa de impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes;

II – atender ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

III – atender pelo menos uma das seguintes condições:

a) demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da Lei de Diretrizes Orçamentárias;

b) estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no *caput*, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

As previsões de renúncia de receita para os exercícios de 2017 a 2019, decorrentes de alterações na legislação tributária constantes em proposições de Projetos de Lei que concedam ou mantenham isenção ou redução de alíquotas, são, conforme abaixo:

1) ISSQN

Manutenção de alíquotas diferenciadas da alíquota geral, relativa a serviços tributados pelo Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), cujos prazos concedidos por leis já instituidoras do beneficio, bem como a isenção do transporte de ônibus:



2) IPTU e ITBI

Concessão de isenção de IPTU e ITBI para empresas de base tecnológica e empresas inovadoras que adquiram imóveis para a sua instalação, sejam estabelecidas ou que venham a se estabelecer nos bairros Floresta, São Geraldo, Navegantes, Humaitá e Farrapos, nos termos da lei instituidora do benefício:



Concessão de remissão de IPTU para o imóvel pertencente à Associação dos Amigos do Bairro Anchieta (ADABA), utilizado pela Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul (Delegacia da Polícia Militar, Brigada Militar e IGP).



Os valores de renúncia de receita acima estipulados serão considerados na elaboração da estimativa de receita tributária para fins de Lei Orçamentária Anual para os exercícios de 2017 a 2019.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE - RS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO II – DE METAS FISCAIS

**VIII - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS**

**DE CARÁTER CONTINUADO**

2017

Em conformidade com o art. 17 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, e alterações posteriores, considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o Ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

As despesas obrigatórias de caráter continuado adequar-se-ão às receitas do Município.

Reitera-se, assim, o objetivo desta Administração de não assumir despesas sem a indispensável cobertura orçamentária, quer seja pelo aumento permanente da receita, quer seja pela redução permanente da despesa.

Na hipótese do surgimento de despesas obrigatórias de caráter continuado no decurso do exercício econômico-financeiro de 2017, serão observados os regramentos estabelecidos pela Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, e alterações posteriores, principalmente no que diz respeito aos arts. 16 e 17.







A projeção das receitas para o exercício de 2017 considerou a reestimativa do exercício 2016, atualizada mês a mês pela variação projetada do IPCA nos 12 meses seguintes ao considerado. Já para os exercícios 2018 e 2019, projetamos a partir das receitas estimadas do exercício imediatamente anterior, atualizada pelo IPCA anual previsto.

Os fatores de atualização estão adequados às medianas de IPCA\* constantes no Sistema de expectativas do Banco Central em estimativa realizada em 11/04/2016.

Outrossim, para os ingressos previstos de receitas de ISSQN, FPM, ICMS e cota-parte IPI sobre EXPORTAÇÕES, além das atualizações acima descritas, foram também acrescidos da variação prevista para o PIB\*\* nos exercícios considerados.

\* Medianas de IPCA – Sistemas de Expectativas do Banco Central em 11/04/2016 (acumulado 12 meses): Jan: 10,71%; Fev: 10,36%; Mar: 9,39%; Abr: 9,27%; Mai: 9,01%; Jun: 8,53%; Jul: 8,19%; Ago: 8,29%; Set: 8,19%; Out: 7,86%; Nov: 7,43%; Dez: 7,14%.

2017: 5,95%; 2018: 5,40%; 2019; 5,00%.

\*\* Medianas de PIB – Sistemas de Expectativas do Banco Central em 11/04/2016:

2017: 0,30%; 2018: 1,50%; 2019; 2,00%.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE - RS | | | |
| LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS | | | |
| ANEXO III - DE RISCOS FISCAIS | | | |
| **DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS** | | | |
| 2017 | | | |
|  |  |
| LRF, art.4º, § 3º |  |
| **RISCOS FISCAIS** | | |
|  |  | |
| 1 - Não-Realização das Receitas Previstas; |  | |
| 2 - Flutuações Cambiais; |  | |
| 3 - Demandas Imprevisíveis; |  | |
| 4 - Ações Judiciais; |  | |
| 5 - Recrudescimento da Inflação; |  | |
| 6 - Ajustes de estimativas em Função de Oscilações da Conjuntura Econômica; e | | |
| 7 - Requisição de Pequeno Valor – RPV. |  | |
|  |  |
|  |  |
| **PROVIDÊNCIAS** | | |
|  | | |
| 1 - Consignação na Lei Orçamentária de 2017 de dotação para Reserva de Contingência. | | |
|  |  | |
| 2 - Contingenciamento de dotações orçamentárias; e |  | |
|  |  | |
| 3 - Redução de despesas decorrentes de contratos, convênios, acordos, etc., através do reajuste e reequilíbrio contratual e, redução de quantitativos, por meio de Termos Aditivos. | | |
|  |  | |
|  |  | |

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE - RS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO IV – RELATÓRIO DE OBRAS EM ANDAMENTO

2017

LRF, art. 45.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE - RS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO V - AÇÕES E ATRIBUTOS INCLUÍDOS E ALTERADOS NO PLANO PLURIANUAL 2014-2017

2017





















PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE - RS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO VI - AÇÕES E ATRIBUTOS INCLUÍDOS E ALTERADOS NO PLANO PLURIANUAL 2014-2017 DA PROCEMPA - COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE

2017



